**Instrumento Particular de Escritura da [•]ª ([•]) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Real e Fidejussória Adicionais, emitidas em Série Única, destinada para Colocação Privada, da Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**

**Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**

*como Emissora*

**[•]**

*como Fiador*

**[•]**

*como Fiador*

e

**Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

*como Agente Fiduciário*

celebrado na data de [•] de abril de 2022

Pelo presente instrumento particular:

1. **Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Braz, 644, conjuntos 63 e 64, CEP 04.511-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 09.532.523/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Emissora**”);
2. **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, sala 2401, Centro, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu contrato social (“**Agente Fiduciário**”);
3. **[•]**, [•] (“**[•]**”); e
4. **[•]**, [•] (“**[•]**” e, em conjunto com [•] e [•], doravante denominados “**Fiadores**”, sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e cada um dos Fiadores referidos em conjunto como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”);

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente *Instrumento Particular de Escritura da [•]ª ([•]) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Real e Fidejussória Adicionais, emitidas em Série Única, destinada para Colocação Privada, da Brasfrotas Locação de Veículos S.A.* (“**Escritura**”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira**

**Autorizações**

* 1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas na assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada na data de [•] de abril de 2022 (“**AGE da Emissora**”), na qual: (i) foram aprovadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos (“**Lei das Sociedades por Ações**”); e (ii) a administração da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão, incluindo a constituição das garantias abaixo mencionadas, com a ratificação de todos os atos eventualmente já praticados pelos representantes legais da Emissora para a consecução da Emissão.
	2. A constituição das garantias abaixo mencionadas, conforme aplicável, foi autorizada pelos respectivos sócios e administradores dos Fiadores pessoas jurídicas por meio da [•] (em conjunto, os “**Atos Societários dos Fiadores**”).

**Cláusula Segunda**

**Requisitos**

A [•]ª ([•])emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias real e fidejussória adicionais, emitidas pela Emissora em série única, destinada para colocação privada (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), será feita nos termos e condições abaixo estabelecidos.

* 1. **Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários**
		1. A AGE da Emissora e os Atos Societários dos Fiadores serão devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) e publicados no Jornal [•], com divulgação simultânea da íntegra do documento na página do referido jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) (“**Jornal de Publicação**”), consoante o disposto no inciso I do artigo 62, no §1º do artigo 142 e no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da presente data. Eventuais atos societários posteriores que sejam realizados em razão da Emissão seguirão os procedimentos descritos nesta cláusula.
		2. A AGE da Emissora, os Atos Societários dos Fiadores e seus eventuais aditamentos serão obrigatoriamente arquivados na JUCESP. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar a AGE da Emissora, os Atos Societários dos Fiadores e seus eventuais aditamentos e anexos na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do presente instrumento; e (ii) enviar 1 (uma) cópia da AGE da Emissora, dos Atos Societários dos Fiadores e de seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, na JUCESP, bem como como cópia do Jornal de Publicação que contenha a respectiva publicação no mesmo prazo. Caso a JUCESP eventualmente apresente exigência para concluir o registro da AGE da Emissora, dos Atos Societários dos Fiadores e/ou de seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro dos referidos documentos deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência, prazo esse que poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias adicionais se necessário for para concluir o referido registro.
	2. **Garantias**
		1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, perante os titulares das Debêntures no âmbito desta Escritura e/ou eventuais aditamentos, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento integral das Debêntures, abrangendo seu Valor Nominal Unitário, a Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), multas, penalidades, honorários arbitrados em juízo e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelos debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos debenturistas e/ou do Agente Fiduciário oriundos desta Escritura (“**Obrigações Garantidas**”), serão constituídas pela Emissora, em favor dos debenturistas, as seguintes garantias: (i) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo); (ii) a Alienação Fiduciária de Veículos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos (conforme definido abaixo); (iii) a Fiança (conforme abaixo definido).
		2. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo), o qual será registrado, bem como seus aditamentos deverão ser averbados às margens do respectivo registro, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP.

2.2.2.1. Observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo), a Emissora deverá (i) protocolar o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido), e seus respectivos eventuais aditamentos, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP, em até 10 (dez) Dias Úteis após sua respectiva celebração; e (ii) enviar 1 (uma) via original devidamente registrada do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de seus respectivos eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP. Caso os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos eventualmente apresentem exigência para concluírem o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverá ser concluído, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos que formulou a exigência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência, prazo esse que poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias adicionais se necessário for para concluir o referido registro.

* + 1. A Alienação Fiduciária de Veículos (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos (conforme definido abaixo), o qual será registrado, bem como seus aditamentos deverão ser averbados às margens do respectivo registro, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP.
			1. Observados os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos (conforme definido abaixo), a Emissora deverá (i) protocolar o Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos (conforme abaixo definido), e seus respectivos eventuais aditamentos, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP, em até 10 (dez) Dias Úteis após sua respectiva celebração; e (ii) enviar 1 (uma) via original devidamente registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e de seus respectivos eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP. Caso os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos eventualmente apresentem exigência para concluírem o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos deverá ser concluído, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos que formulou a exigência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência, prazo esse que poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias adicionais se necessário for para concluir o referido registro.
			2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.2.3.1 acima, o Devedor compromete-se a fazer com que o gravame fiduciário instituído por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos seja devidamente registrado e/ou averbado, conforme o caso, junto
		2. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, os Fiadores prestam garantia fidejussória, na forma de fiança (“**Fiança**”) em favor dos titulares , nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos (“**Código Civil**”), obrigando-se, por este instrumento, em caráter irrevogável e irretratável, e na melhor forma de direito, como devedores solidários e principais pagadores de todos os valores devidos pela Emissora até liquidação integral de todas as obrigações por ela assumidas nesta Escritura.
		3. Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, devedores solidários, garantidores e principais pagadores das Obrigações Garantidas e firmam esta Escritura declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.
		4. As Obrigações Garantidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos debenturistas e do Agente Fiduciário contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial, falência ou quaisquer procedimentos similares existentes ou que venham a ser criados por lei.
		5. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento na data devida, de qualquer valor devido pela Emissora no âmbito desta Escritura.
		6. Na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, o valor será igualmente pago em até 5 (cinco) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sobre as Debêntures. O pagamento citado nesta cláusula deverá ser realizado mediante transferência de recursos para à Conta Centralizadora (conforme definido abaixo) no valor inadimplido.
		7. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e seus incisos e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada de tempos em tempos (“**Código de Processo Civil**”).
		8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura.
		9. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos debenturistas contra a Emissora, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada.
		10. Os Fiadores, desde já, concordam e se obrigam a, caso a Emissora esteja inadimplente em relação a qualquer obrigação pecuniária assumida no âmbito desta Escritura, (i) somente após a integral liquidação dos valores devidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Fiadores aos debenturistas nos termos desta Escritura, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura; e (ii) caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos desta Escritura antes da integral liquidação de todos os valores devidos e não pagos aos debenturistas nos termos desta Escritura, comunicar ao Agente Fiduciário a esse respeito e repassar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor para pagamento aos respectivos debenturistas.
		11. A Fiança é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o integral e satisfatório cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores nesta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.
		12. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos.
		13. Por força da garantia fidejussória neste ato prestada pelos Fiadores, esta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos serão registrados pela Emissora, às suas exclusivas expensas, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada de tempos em tempos. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar esta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua celebração, e (ii) enviar 1 (uma) via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Comarcas de [•] e de São Paulo/SP. Caso os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos eventualmente apresentem exigência para concluírem o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos deverá ser concluído, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos que formulou a exigência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência, prazo esse que poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias adicionais se necessário for para concluir o referido registro.
		14. Todas as garantias previstas nesta Cláusula 2.2 são constituídas de forma indivisível, em igualdade de condições e de grau.
		15. A Fiança prestada nos termos desta Cláusula vincula cada um dos Fiadores, bem como seus sucessores a qualquer título, devendo seus sucessores assumirem prontamente a fiança prestada nos termos desta Escritura, sob pena de não fazendo caracterizar-se um Evento de Vencimento Antecipado.
	1. **Arquivamento da Escritura**
		1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão obrigatoriamente arquivados na JUCESP. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar esta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do presente instrumento; e (ii) enviar 1 (uma) via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, na JUCESP. Caso a JUCESP eventualmente apresente exigência para concluir o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência, prazo esse que poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias adicionais se necessário for para concluir o referido registro.
		2. Qualquer aditamento à presente Escritura deverá ser obrigatoriamente celebrado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Fiadores e posteriormente arquivado na JUCESP, pela Emissora, às suas exclusivas expensas.
	2. **Colocação, Negociação e Liquidação Financeira**
		1. As Debêntures serão objeto de colocação privada, de modo que não serão (i) depositadas para distribuição no mercado primário; (ii) negociadas no mercado secundário; (iv) custodiadas eletronicamente; e/ou (v) financeiramente liquidadas em qualquer mercado organizado.

**Cláusula Terceira**

**Características da Emissão**

* 1. **Objeto Social da Emissora**
		1. A Emissora tem por objeto social as seguintes atividades: [•].
	2. **Número da Emissão**
		1. A Emissão constitui a [•]ª ([•])emissão de debêntures da Emissora.
	3. **Valor Total da Emissão**
		1. O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), será de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (“**Valor Total da Emissão**”).
	4. **Número de Séries**
		1. A Emissão será realizada em série única.
	5. **Destinação de Recursos**
		1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em função da emissão das Debêntures serão destinados para utilização em seu curso ordinário de negócios.
		2. Os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário poderão solicitar, a qualquer tempo e por qualquer motivo, as vias originais dos documentos que comprovem a aplicação dos recursos oriundos da integralização das Debêntures. Caso isso ocorra, a Emissora obriga-se a encaminhar as vias originais dos documentos que vierem a ser solicitados pelos debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da solicitação, ou em prazo inferior, a ser estipulado pelos debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, caso a solicitação ocorra para atender órgão regulador ou outra autoridade competente.
		3. O Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. Nesse caso, a Emissora é responsável pela veracidade das informações e documentos por ela fornecidos e obriga-se a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário, suas controladas, controladores, coligadas, sociedades sob controle comum, respectivos administradores, empregados e/ou prepostos (“**Partes Indenizáveis**") por quaisquer perdas ou danos efetivamente sofridos e comprovadamente causados pela violação, falsidade, imprecisão, inconsistência, omissão ou insuficiência de qualquer informação e/ou documento fornecido pela Emissora.
		4. A Emissora obriga-se a, em caráter irrevogável e irretratável, indenizar as Partes Indenizáveis por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios em valores razoáveis de mercado) que vierem a, comprovadamente, incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos das Debêntures de forma diversa da estabelecida nesta Cláusula 3.5, exceto em caso de comprovada fraude, dolo ou má-fé dos debenturistas e/ou do Agente Fiduciário. O valor da indenização prevista nesta cláusula está limitado, em qualquer circunstância, ao Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento; e (ii) dos Encargos Moratórios, caso aplicável.
		5. Os pagamentos dos valores devidos pela Emissora aos debenturistas em razão da emissão das Debêntures serão aplicados na seguinte ordem:
1. pagamento de Encargos Moratórios, se aplicável;
2. pagamento da Remuneração das Debêntures; e
3. pagamento da Amortização Ordinária das Debêntures.

**Cláusula Quarta**

**Características Gerais das Debêntures**

* 1. **Data de Emissão**
		1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será [•] de abril de 2022 (“**Data de Emissão**”).
	2. **Prazos e Data de Vencimento**
		1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de abril de 2026 (“**Data de Vencimento das Debêntures**”), ressalvadas as hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) e de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido).
	3. **Conversibilidade**
		1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
	4. **Espécie**
		1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantias real e fidejussória adicionais.
	5. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**
		1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.
		2. A titularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição dos respectivos debenturistas no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora. Para fins do cumprimento da obrigação descrita na presente cláusula, a Emissora deverá, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da efetiva subscrição das Debêntures, apresentar ao Agente Fiduciário cópia autenticada da página do Livro de Registro de Debêntures Nominativas que contenha a inscrição de seu nome como titulares da totalidade das Debêntures que forem de fato por eles subscritas.
	6. **Valor Nominal Unitário**
		1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
	7. **Quantidade de Debêntures Emitidas**
		1. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures.
	8. **Preço de Integralização, Condições Precedentes e Forma de Integralização**
		1. Sujeito ao cumprimento integral e cumulativo de todas as Condições Precedentes (conforme abaixo definido), as Debêntures serão integralizadas [à vista] pelos debenturistas, em moeda corrente nacional (“**Data de Integralização**”), de modo que as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data do efetivo pagamento à Emissora do valor a ela devido pelos debenturistas (“**Preço de Integralização**”). O pagamento do Preço de Integralização deverá ser feito por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros admitida pela regulamentação do Banco Central do Brasil, na Conta da Emissora (conforme abaixo definido), observadas as demais disposições desta Cláusula 4ª.
		2. Uma vez verificadas, a critério exclusivo do Agente Fiduciário e em caráter integral e cumulativo, as condições precedentes descritas nesta Cláusula 4.8.2 (“**Condições Precedentes**”), os respectivos debenturistas pagarão o Preço de Integralização à Emissora:

[***Nota FLH****: a confirmar a lista de CPs da operação*.]

1. a conclusão do processo de *due diligence* da Emissora e dos Fiadores de forma satisfatória ao assessor jurídico da Emissão e ao Agente Fiduciário;
2. a obtenção por [•] de todas as aprovações internas e externas necessárias para a realização do desembolso do Preço de Integralização;
3. a celebração do Contrato de Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios);
4. a elaboração e assinatura da documentação legal que ampare a constituição da Fiança, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Alienação Fiduciária de Veículos, em forma e conteúdo aceitáveis ao Agente Fiduciário, devidamente registrados perante os cartórios de registro de títulos e documentos e órgãos governamentais competentes, nos termos desta Escritura e dos respectivos instrumentos que as consubstanciam, bem como a constituição do gravame com o registro da anotação da Alienação Fiduciária no Certificado de Registro de Veículo, junto ao órgão competente, qual seja, Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), da localidade em que os Veículos estiverem registrados, caso o cartório de registro de títulos não o realize automaticamente;
5. a obtenção e/ou o cumprimento por parte da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso, de todas e quaisquer aprovações e autorizações necessárias à realização, efetivação, liquidação, boa ordem e transparência de todos e quaisquer dos negócios jurídicos descritos nesta Escritura incluindo, mas não se limitando, a aprovações societárias, uxórias, contratuais, governamentais, regulamentares e eventuais autorizações (*waivers*), constituição e registro das garantias adicionais;
6. a apresentação ao Agente Fiduciário, por parte da Emissora e dos Fiadores, do relatório SCR/BACEN atualizado;
7. a confirmação documental de que esta Escritura, a AGE da Emissora e os Atos Societários dos Fiadores foram devidamente registrados na JUCESP;
8. a obtenção, pela Emissora, da comprovação de que a constituição da cessão fiduciária de direitos creditórios objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios foi comunicada aos Clientes (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), por meio de notificação (tal como detalhado no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), sendo que referidos Clientes devem ainda anuir e concordar com a constituição da garantia fiduciária, de maneira irrevogável e irretratável, de modo a se comprometer a realizar todos e quaisquer pagamentos por eles devidos na conta bancária informada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme indicado na referida notificação de cessão e nos estritos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
9. a apresentação, a negociação de boa-fé e a celebração de toda a documentação necessária para se concluir satisfatoriamente a Emissão, tais como: (i) a emissão de opinião legal a ser emitida de acordo com as melhores práticas de mercado, pelo assessor legal contratado para estruturação da operação a respeito de suas conclusões obtidas a partir do levantamento de informações e finalização do processo de *due diligence* da Emissora, dos Fiadores e das garantias ora outorgadas em favor dos debenturistas; e (ii) a apresentação de todas as informações financeiras que o Agente Fiduciário vier a solicitar à Emissora;
10. a inocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado;
11. a inexistência de alterações na legislação e regulamentação em vigor que possam criar obstáculos ou aumentar os custos inerentes à realização da emissão das Debêntures incluindo normas tributárias que criem tributos ou aumentem alíquotas atualmente incidentes sobre a operação de forma que efetivamente seja causado desequilíbrio econômico-financeiro à Emissão;
12. a não ocorrência de um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido), relativo às condições econômicas, financeiras, jurídicas, reputacionais ou operacionais da Emissora, que possa vir a alterar a razoabilidade econômica e/ou tornar inviável ou desaconselhável o cumprimento das obrigações aqui previstas com relação ao desembolso do Preço de Integralização;
13. a inexistência de eventos de natureza política, conjuntural, sanitária, econômica ou financeira, no Brasil ou em qualquer país que possa comprovada e efetivamente alterar as condições dos mercados, tornando extremamente onerosa à realização da Emissão, incluídas nestas categorias: crises políticas ou econômicas, alterações substanciais nas condições dos mercados em que a Emissora atua ou mudança a adversa substancial nas condições econômicas e financeiras e resultados operacionais da Emissora e/ou dos Fiadores;
14. não ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, e/ou de suas Afiliadas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, que não tenha sido contestado no prazo legal; ou (iv) requerimento, pela Emissora de recuperação judicial ou de outros procedimentos similares existentes ou que venham a ser criados por lei, independentemente do deferimento do processamento pelo juízo competente;
15. ausência de inscrição da Emissora, dos Fiadores, de quaisquer de suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido) e/ou de quaisquer sociedades de seu grupo econômico no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
16. a inexistência de violação ou indício de violação, pela Emissora, pelos Fiadores, por quaisquer de suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido) e/ou por quaisquer sociedades de seu grupo econômico, de quaisquer leis anticorrupção, incluindo, sem limitação: o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), o *UK Bribery Act* (UKBA), a Convenção Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e todas as leis e regulamentos brasileiros aplicáveis, incluindo, sem limitação, a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013), o Decreto Brasileiro Anticorrupção (Decreto nº 8.420/2015), a Lei Federal de Conflito de Interesses (Lei Federal nº 12.813/2013), a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93) (“**Leis Anticorrupção**”); e
17. manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que dão à Emissora e às suas Afiliadas condição fundamental de funcionamento, desde que se caracterize como um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido).
	* 1. Salvo se o Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, renunciar expressamente ao cumprimento da(s) Condição(ões) Precedente(s), na hipótese de as Condições Precedentes não serem verificadas em sua totalidade dentro do prazo de [30] ([trinta]) dias corridos, contado da Data de Emissão, os negócios jurídicos avençados na presente Escritura restarão automaticamente ineficazes e sem efeito nos termos do artigo 127 do Código Civil, operando-se a resolução de todos os seus negócios jurídicos, sem quaisquer penalidades para as Partes, devendo a Emissora reembolsar os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário de todas as despesas até então despendidas relativamente à Emissão, desde que devidamente comprovadas e em valores razoáveis de mercado.
		2. Observadas as respectivas Condições Precedentes, os debenturistas efetivarão o desembolso do Preço de Integralização em até [2 (dois)] Dias Úteis, mediante a transferência dos pertinentes recursos para a conta corrente nº [•], de titularidade da Emissora, mantida junto à agência nº [•] do Banco [•] (“**Conta da Emissora**”), proporcionalmente às Debêntures por eles efetivamente subscritas, nos termos dos respectivos Boletins de Subscrição.
	1. **Atualização Monetária das Debêntures**
		1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

* 1. **Amortização do Valor Nominal Unitário**
		1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 46 (quarenta e seis) parcelas, sempre no dia [•] de cada mês, sendo a primeira parcela devida em [•], e a última na Data de **Vencimento das Debêntures** , de acordo com as datas e valores indicados na tabela constante do Anexo I à presente Escritura (“**Amortização Ordinária das Debêntures**”). [***Nota FLH****: favor confirmar as fórmulas e metodologia de cálculo abaixo detalhada*.]
	2. **Remuneração das Debêntures**
		1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, equivalentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, over extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>), acrescidos de uma sobretaxa, ou *spread*, de 7,05% (sete inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, juros remuneratórios esses incidentes desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (*exclusive*) (“**Remuneração das Debêntures**”).
		2. A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, ou a data de pagamento antecipado, em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**Ji** = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final do i-ésimo Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**Fator Juros** = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa (*spread*), calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

*Fator DI* corresponde ao produtório das Taxas DI, desde o início de cada Período de Capitalização, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



*nDI* corresponde ao número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo *nDI* um número inteiro;

*k* número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até “n”;

TDIk Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

onde:

DIk corresponde à Taxa DI*,* de ordem k, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, válida por 1 (um) Dia Útil *(overnight),* utilizada com 2 (duas) casas decimais;

*Fator Spread*corresponde à sobretaxa de juros fixos*,* calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

*spread* corresponde a 7,05 (sete inteiros e cinco centésimos);

*DP* corresponde ao número de Dias Úteis compreendido no Período de Capitalização, sendo DP um número inteiro.

Observações:

* O fator resultante da expressão (1+𝑇𝐷𝐼𝑘) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
* Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
* Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.
* A taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
* Para efeito do cálculo de “DIk” será sempre considerada a Taxa DI divulgada com 1 (um) Dia Útil de defasagem em relação à data de cálculo das Debêntures (exemplo: para pagamento das Debêntures no dia 13, o “DIk” considerado será o publicado no dia 12, pela B3, pressupondo-se que os dias 12 e 13 são Dias Úteis).
* Especificamente para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “**Período de Capitalização**” como o período que se inicia: (i) a partir da Data de Integralização (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures do respectivo período (exclusive), tudo conforme as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures estipuladas no cronograma constante do Anexo I a esta Escritura. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures ou do seu vencimento antecipado, conforme o caso. Caso a data presente no Anexo I não seja Dia Útil, será considerado o próximo Dia Útil subsequente.
	1. **Pagamento da Remuneração das Debêntures**
		1. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, conforme cronograma disposto na tabela constante no Anexo I, sendo a primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em [•] de [•] de 2022 e, a última, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma “**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures**”), ressalvadas as hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) e de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido).
		2. Fará jus aos pagamentos das Debêntures aquele que seja titular das Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura.
	2. **Local de Pagamento**
		1. No que toca aos pagamentos dos valores devidos pela Emissora aos debenturistas, serão eles realizados mediante transferência eletrônica de recursos financeiros admitida pela regulamentação do Banco Central do Brasil respectivamente para as contas bancárias que venham a ser indicadas oportunamente pelos debenturistas.
		2. Os pagamentos devidos pela Emissora serão realizados prioritariamente com recursos existentes na conta corrente de titularidade da Emissora, nº [•], agência nº [•], mantida junto ao do Banco [•] (“**Banco Arrecadador**” e “**Conta Vinculada**”), os quais deverão ser transferidos para as respectivas contas bancárias indicadas pelos debenturistas, consoante as instruções e as ordens de movimentação que forem transmitidas ao Banco Arrecadador unicamente pelo Agente Fiduciário, com o que a Emissora concorda e aceita desde já.
		3. Os pagamentos devidos pela Emissora em função das Debêntures deverão ser realizados até às [17h00] da data em que forem devidos, sob pena de incidência de Encargos Moratórios.
	3. **Prorrogação dos Prazos**
		1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento não for um Dia Útil.
	4. **Divulgação**
		1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente divulgados sob a forma de aviso aos debenturistas no Jornal de Publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([[•]](http://www.comfrio.com.br)). Caso a Emissora altere, a seu critério, seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá: (a) enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal de publicação; e (b) publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos debenturistas, informando o novo jornal de publicação.
	5. **Encargos Moratórios**
		1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia por ela devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”).
	6. **Repactuação Programada**
		1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
	7. **Classificação de Risco**
		1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Emissão.
	8. **Aditamento à presente Escritura de Emissão**

* + 1. Qualquer alteração à presente Escritura somente será considerada válida e eficaz se feita: (i) por escrito, assinada pelas Partes e registrada nos termos desta Escritura; e (ii) consoante as deliberações tomadas pelos debenturistas reunidos em assembleia geral, exceto quando tal alteração decorra exclusivamente (a) da necessidade de atendimento de exigências da JUCESP ou em consequência de normas legais regulamentares, e/ou (b) da correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, e/ou (c) da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros.

**Cláusula Quinta**

**Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária**

* 1. **Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**

5.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do [•]º ([•]) mês contado da Data de Emissão das Debêntures (inclusive), realizar o resgate antecipado total das Debêntures mediante envio de comunicação direta ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de [•] ([•]) dias da data do pretendido resgate (“**Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**”).

5.1.2. No caso de ser realizado o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, o valor a ser pago pela Emissora deverá prever a incidência de um prêmio de 2,0% (dois por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo médio remanescente, apurado em anos, a ser multiplicado pelo montante a ser pago pela Emissora referente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures.

5.1.3. Nos termos do item 5.1.1, a Emissora realizará o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures por meio de envio de comunicado ao Agente Fiduciário (“**Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**”), o qual deverá conter a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, [•] ([•]) dias contados da data da Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures. O valor a ser devido pela Emissora em razão do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será confirmado, pelo Agente Fiduciário no Dia Útil imediatamente anterior à data em que se efetivará o pagamento e deverá corresponder ao valor resultante do cálculo a ser obtido conforme a metodologia de cálculo prevista na Cláusula 5.1.2 acima.

5.1.4. Uma vez exercida pela Emissora a opção pelo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, tal resgate tornar-se-á obrigatório, vinculante e definitivo.

5.1.5. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. [***Nota FLH****: favor confirmar*.]

* 1. **Amortização Extraordinária**

5.3.1. Não será permitida a realização de amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou de seu saldo, conforme aplicável.

**Cláusula Sexta**

**Vencimento Antecipado**

* 1. **Eventos de Vencimento Antecipado**
		1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses indicadas abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, assembleia geral de titulares das Debêntures para que seja deliberado acerca da orientação a ser dada ao Agente Fiduciário, quanto à decretação ou não decretação do vencimento antecipado das Debêntures (cada uma, um “**Evento de Vencimento Antecipado**”):
1. não pagamento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária devida em função da Emissão das Debêntures e/ou em decorrência desta Escritura nas respectivas datas de vencimento, não sanado dentro do prazo de 03 (três) Dias Úteis a contar da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
2. descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanado em até 10 (dez) Dias Úteis, caso não haja prazo de cura específico, contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
3. constatação de qualquer vício, invalidade ou ineficácia das Debêntures, desta Escritura ou dos instrumentos contratuais que compõem as garantias às Debêntures;
4. protesto de títulos e documentos contra a Emissora, os Fiadores e/ou suas respectivas Afiliadas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$[•],00 ([•] reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja suspenso em definitivo ou cancelado dentro do prazo legal;
5. redução de capital social da Emissora, exceto se, realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações;
6. desapropriação, confisco, alienação, cessão de ativos da Emissora, dos Fiadores e/ou das suas respectivas Afiliadas que ocasionem a diminuição do patrimônio líquido da Emissora em valor superior a [•]% ([•] por cento), com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas mais recentes da Emissora;
7. alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou dos Fiadores que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas, sendo permitida a adição de atividades ao objeto social que não caracterize um Efeito Adverso Relevante;
8. não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas controladas e/ou Controladores e/ou empresas sob controle comum, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$ [•],00 ([•]de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
9. ocorrência de sentenças arbitrais ou decisões judiciais exequíveis, transitadas em julgado, contra a Emissora, incluindo execuções fiscais, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R$[•],00 ([•] de reais);
10. não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais exequíveis, transitadas em julgado, contra a Emissora, incluindo execuções fiscais, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R$[•],00 ([•] de reais);
11. caso a Fiança: (i) tenha sua validade ou exequibilidade questionada judicialmente, pela Emissora e/ou pelos Fiadores; (ii) não seja devidamente constituída e formalizada nos termos desta Escritura; (iii) seja anulada; ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida e não seja recomposta pela Emissora e/ou pelos Fiadores em até 5 (cinco) dias da constatação do fato;
12. questionamento judicial dos termos e condições desta Escritura e dos instrumentos contratuais que compõem o conjunto de garantias das Debêntures, pela Emissora e/ou por suas controladas e/ou Controladores;
13. caso, anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures, a Emissora apresente os seguintes índices financeiros, conforme apurados com base nas suas demonstrações financeiras encerradas na data de 31 de dezembro de cada ano, devidamente auditadas por auditor independente registrado perante a CVM, sendo certo que a primeira verificação será realizada com base nas informações financeiras referente ao exercício social encerrado em [31 de dezembro de 2022] (“**Índices Financeiros**”):

(a) relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA maior do que 3,5 vezes;

(b) relação entre a Dívida Líquida e Frota Líquida maior do que 0,85 vezes; e

(c) Prejuízo Máximo na Venda de Veículos (“PMVV”) igual ou inferior a 7% (sete por cento).

Para o cálculo dos Índices Financeiros deverão ser consideradas as seguintes definições contábeis usualmente aplicadas no Brasil:

“**Dívida Líquida**" significa a soma de todos os empréstimos, financiamentos e arrendamentos, incluindo, mas não se limitando, a captações via Mercado de Capitais, deduzida das disponibilidades de caixa e aplicações financeiras consideradas pelo auditor independente como “Caixa e equivalentes de caixa”;

“**EBITDA**” significa a soma: (i) do lucro/prejuízo deduzidos dos impostos, tributos, dividendos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das variações cambiais, e (v) do resultado não operacional ocorrido no período;

“**Frota Líquida**” significa o valor da frota de veículos total da Emissora, com a inclusão dos acessórios, deduzida da depreciação acumulada; e

“**PMVV**” significa a divisão, se negativa, entre: (i) a receita líquida da venda de veículos, deduzida pelo custo contábil da venda dos veículos, pelo (ii) custo contábil da venda dos veículos.

1. aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa daquela descrita na Cláusula 3.5 desta Escritura, sem prejuízo de imposição de penalidades previstas na regulamentação aplicável, salvo se demonstrado de forma diversa, pela Emissora, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
2. se esta Escritura, ou qualquer de suas disposições, for declarada inválida, nula ou inexequível, por decisão judicial transitada em julgado, observado que, para se caracterizar o vencimento antecipado aqui previsto, a invalidade, nulidade ou inexequibilidade deverá se referir a disposições relevantes, em particular as que digam respeito à existência, validade e eficácia das Debêntures, seu valor, seu prazo de vencimento, sua remuneração e qualquer valor devido aos debenturistas;
3. ocorrência de qualquer uma das hipóteses estabelecidas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil em relação à Emissora;
4. deferimento, homologação, concessão ou decretação por autoridade judiciária competente de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ou de quaisquer procedimentos análogos que venham a ser criados por lei, em relação à Emissora, aos Fiadores e às suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido);
5. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, conforme aplicável, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pelas suas respectivas Afiliadas que afete de forma significativa o regular exercício das atividades por elas desenvolvidas, suas condições financeiras ou socioambientais, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se verificar a ocorrência de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou os Fiadores e/ou as suas respectivas Afiliadas, conforme o caso, comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
6. não apresentação ao Agente Fiduciário, pela Emissora, de comprovação do protocolo e/ou registro desta Escritura perante a JUCESP dentro dos prazos estabelecidos nesta Escritura, observado o disposto na Cláusula Segunda acima;
7. caso os direitos creditórios objeto da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido) deixem de existir ou ser exequíveis por qualquer motivo, imputável ou não à Emissora, e desde que não haja o reforço e/ou substituição da referida garantia fiduciária nos termos do referido contrato;
8. utilização, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer de seus bens em desacordo com qualquer legislação e/ou norma pertinente, em especial, mas sem limitação, daquelas de natureza ambiental, criminal, trabalhista, previdenciária e tributária, que efetivamente cause um “**Efeito Adverso Relevante**”, assim entendido como uma efetiva e material alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias da Emissora que comprovadamente afete, de modo relevante e adverso: (i) a capacidade de pagamento da Emissora no que toca ao cumprimento das obrigações assumidas na presente Escritura; e/ou (ii) a legalidade, validade e/ou exequibilidade desta Escritura ou dos instrumentos de garantia;
9. decisão transitada em julgado proferida em decorrência de ação, procedimento ou processo, judicial ou administrativo, contra a Emissora, os Fiadores, suas respectivas Afiliadas, seus dirigentes e/ou administradores agindo em nome da Emissora, dos Fiadores e/ou de suas respectivas Afiliadas, em decorrência de condutas relacionadas à violação da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido);
10. violação comprovada de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (conforme abaixo definido), tal como aplicáveis, pela Emissora, pelos Fiadores ou por suas respectivas Afiliadas, no âmbito da condução dos negócios da Emissora, bem como caso tais pessoas constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
11. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura ou em qualquer um dos seguintes documentos: (a) o Livro de Registro de Debêntures da Emissora; (b) o *Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*, celebrado na presente data entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**”); (c) o *Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças*, celebrado na presente data entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos**”); e (d) os eventuais aditamentos aos instrumentos mencionados nos itens acima;
12. cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), alienação, cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que acarrete alteração do seu controle acionário, exceto se referida reorganização societária (i) ocorrer entre sociedades do grupo econômico da Emissora, com manutenção do controle indireto*;* ou (ii) for aprovada pelos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral para tanto;
13. contratação e/ou concessão de mútuos entre empresas que não sejam Afiliadas da Emissora, exceto se aprovado pelos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral, para tanto e/ou contratação/concessão de mútuos entre empresas Afiliadas que possam prejudicar a capacidade da Emissora em honrar as obrigações assumidas no âmbito das Debêntures;
14. realização de aumento de capital em Afiliadas da Emissora que possa vir a comprovadamente prejudicar a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela Emissora, bem como a realização de aportes de recursos e/ou investimentos, a que título for, em empresas a ela não Afiliadas, exceto se aprovado pelos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral para tanto;
15. requerimento pela Emissora, pelos Fiadores, por suas respectivas Afiliadas ou por quaisquer terceiros, conforme aplicável, de recuperação judicial ou extrajudicial, falência (desde que não elidida dentro do prazo legal), autofalência, dissolução ou liquidação ou de quaisquer procedimentos similares existentes ou que venham a ser criados por lei contra a Emissora;
16. prática comprovada de quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e/ou dos Fiadores que comprometa o pontual e integral cumprimento das respectivas obrigações assumidas nesta Escritura;
17. se a Emissora estiver em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações previstas na Escritura e vier a realizar o pagamento de dividendos, de juros sobre capital próprio e/ou resgate de ações, exceto pelo pagamento (i) do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou (ii) dos dividendos a que fazem jus os administradores da Emissora em função de sua eventual qualidade de acionistas minoritários da Emissora;
18. autuação da Emissora e/ou dos Fiadores por quaisquer órgãos governamentais, que afete comprovada e adversamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, salvo se a Emissora e/ou os Fiadores, conforme o caso, revertam tal autuação dentro de 15 (quinze) Dias Úteis;
19. apuração comprovada, a qualquer tempo, de falsidade ou imprecisão material de qualquer declaração, informação ou documentação que houver sido apresentada, prestada, ou entregue pela Emissora ao Agente Fiduciário, principalmente, mas não se limitando a, os termos desta Escritura e dos instrumentos contratuais que compõem o conjunto de garantias das Debêntures;
20. descumprimento pela Emissora e, de quaisquer obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos, não sanado dentro de 15 (quinze) Dias Úteis a contar de notificação enviada pelo Agente Fiduciário ou dos respectivos prazos de cura estabelecidos nos referidos instrumentos; e/ou
21. vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou de suas controladas e/ou Controladores e/ou empresas sob controle comum, no mercado local ou internacional, em valor igual ou superior a R$[•],00 ([•] de reais), ou seu equivalente em outras moedas.
22. Para fins desta Escritura, (a) “**Controladores**” significa os acionistas diretos da Emissora detentores da totalidade das ações de emissão do seu capital social com direito de voto; e (b) “**Afiliadas**” significa, em conjunto, as sociedades coligadas, controladoras e controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme previsto nos artigos 116 e 243 da Lei das Sociedades por Ações
23. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado, comunicar o Agente Fiduciário sobre o tema, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência.
24. Ocorrendo quaisquer eventos previstos na Cláusula 6.1.1 acima, os debenturistas, reunidos em assembleia geral de debenturistas convocada para tal fim, poderão orientar o Agente Fiduciário a decretar o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores nesta Escritura, tornando-se a partir de então imediatamente exigíveis todas as obrigações decorrentes das Debêntures assumidas nesta Escritura pela Emissora, a qual deverá pagá-las, em até 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data de ocorrência do vencimento antecipado previsto nesta cláusula, estando o Agente Fiduciário e os debenturistas autorizados a adotarem todas e quaisquer medidas cabíveis para promover a cobrança das obrigações vencidas e não pagas, incluindo, sem limitação, promover a excussão das garantias das Debêntures e/ou quaisquer garantias adicionais que venham a ser outorgadas no âmbito da Emissão e que por ventura não tenham sido descritas nesta Escritura, nos termos de seus respectivos contratos, sem a necessidade da realização de assembleia geral de titulares das Debêntures reunidos para tanto.
25. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem deliberadas pelos debenturistas.
	* 1. Caso, na assembleia geral de titulares das Debêntures mencionada na Cláusula 6.1.1.3 acima, os debenturistas decidam a não decretar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário obriga-se a não declarar as Debêntures antecipadamente vencidas. Na hipótese de não obtenção do quórum de instalação em segunda convocação, ou ausência do quórum necessário para a deliberação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
		2. Em caso do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, tudo calculado *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

**Cláusula Sétima**

**Obrigações Adicionais da Emissora**

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicáveis, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

1. fornecer ao Agente Fiduciário:
2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras e declarações de imposto de renda da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável; (2) declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, na forma do seu estatuto social e conforme modelo constante do Anexo II à presente Escritura, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (ii) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora; e (3) relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices Financeiros, devidamente elaborado pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros;
3. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das demonstrações financeiras ou das declarações de imposto de renda, conforme aplicável, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável;
4. no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, ou em prazo inferior, se assim determinado por autoridade competente, qualquer informação da Emissora que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação a si, desde que tais informações sejam comprovadamente relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora ou que a Emissora não esteja autorizada a divulgar nos termos da regulamentação aplicável;
5. em até 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
6. no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário de exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.
7. informar ao Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data, sempre que um adiantamento para futuro aumento de capital social for realizado, resgatado ou convertido em capital, incluindo informações sobre o respectivo valor e partes envolvidas;
8. notificar o Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) Dias Úteis, sobre a ocorrência de um Efeito Adverso Relevante;
9. comparecer às assembleias gerais de titulares das Debêntures, sempre que lhe for solicitado;
10. efetuar recolhimento de quaisquer tributos, tarifas e/ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
11. efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e comprovadas pelos debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida nos termos desta Escritura e da Emissão;
12. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, exceção feita à inclusão de novas atividades que não impactem nas atividades atualmente desenvolvidas;
13. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os debenturistas;
14. cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas razoáveis e comprovadas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos por quaisquer das Partes;
15. manter contratadas e vigentes durante o prazo das Debêntures, todas as coberturas de seguro, inclusive socioambientais, aplicáveis à sua atividade e aderentes às práticas do mercado;
16. manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações necessárias para a boa condução dos negócios da Emissora, de seus Controladores e/ou de qualquer de suas controladas, coligadas, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
17. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável, sob pena de indenizar, de forma irrevogável e irretratável, as Partes Indenizáveis acima definidas, conforme o caso, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas razoáveis e comprovadamente incorridos (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência das suas declarações prestadas na presente Escritura;
18. notificar o Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) Dias Úteis, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes por atos ou fatos ocorridos antes da celebração dessa Escritura e que venham a ser constatadas após a data de celebração desta Escritura;
19. cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, bem como aquelas cujo descumprimento não afete de modo comprovado, adverso e relevante a capacidade de cumprir qualquer uma das obrigações assumidas no âmbito da Emissão;
20. prestar informações ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, ou em prazo inferior, se assim determinado por autoridade competente, contado da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, em valor igual ou superior a R$[•],00 ([•] de reais), seja ela de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, relacionadas à Emissora;
21. cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, inclusive, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
22. observar a legislação ambiental e trabalhista vigentes, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado a, o que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, conforme verificado (a) por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora, em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;
23. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (a) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas; (b) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras; e (c) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos de decisão judicial transitada em julgado, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção acima definidas;
24. até a Data de Vencimento das Debêntures, em relação a si e/ou qualquer de suas Afiliadas e/ou Controladores, observar e cumprir as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, devendo (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; (b) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no seu interesse ou para benefício próprio, exclusivo ou não; (c) comunicar, imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação às Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro no âmbito da Emissão, observado que o Agente Fiduciário não divulgará essa comunicação a qualquer terceiro em nenhuma hipótese, a não ser que tal divulgação seja necessária em decorrência de obrigações legais; e (d) realizar eventuais pagamentos devidos nos termos desta Escritura exclusivamente por meio de transferência bancária; e
25. declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações prestadas pela Emissora nesta Escritura e no instrumento que consubstancia a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a Alienação Fiduciária de Veículos e, caso tais informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade e insuficientes, durante a vigência desta Escritura e do instrumento que consubstancia a referida garantia, a notificar por escrito tal fato ao Agente Fiduciário.

**Cláusula Oitava**

**Declarações e Garantias da Emissora e dos Fiadores**

8.1. A Emissora e os Fiadores, neste ato, declaram e garantem que, na data da assinatura desta Escritura:

* + 1. no caso da Emissora e dos Fiadores pessoas jurídicas, são pessoas jurídicas de direito privado devidamente organizadas, constituídas e existentes, de acordo com as leis brasileiras;
		2. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
		3. os representantes legais da Emissora e dos Fiadores que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir em nome da Emissora e/ou dos Fiadores as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
		4. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
		5. exceto pelo disposto na Cláusula Primeira acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura;
		6. a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social ou outros documentos societários da Emissora e/ou dos Fiadores; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam partes e/ou pelo qual qualquer um de seus ativos estejam sujeitos; (c) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam partes e/ou pelo qual qualquer um de seus ativos esteja sujeito; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Emissora e/ou dos Fiadores; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou os Fiadores estejam sujeitos; e (f) não infringem qualquer dispositivo legal, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou os Fiadores;
		7. conduzem, assim como seus Controladores e Afiliadas, seus respectivos negócios e operações em cumprimento a todas as leis e regulamentos aplicáveis, e está, assim como seus Controladores e Afiliadas, devidamente qualificada e/ou registrada para o exercício de suas respectivas atividades;
		8. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não ocorreu nenhum Evento de Vencimento Antecipado;
		9. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, que foi acordada por livre vontade da Emissora em observância ao princípio da boa-fé;
		10. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e aos assessores da Emissão são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
		11. as demonstrações financeiras e/ou as declarações de imposto de renda da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável, relativas ao exercício social encerrado em [31 de dezembro de 2021] representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora e dos Fiadores naquela data e para aquele período, e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
		12. estão em dia com o pagamento de todas as suas respectivas obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
		13. possuem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
		14. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (2) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura;
		15. os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão destinam-se exclusivamente ao uso próprio da Emissora, nos termos desta Escritura;
		16. inexiste, em relação à Emissora e/ou aos Fiadores, qualquer medida judicial ou extrajudicial ou arbitral que possa trazer implicações às Debêntures ou à Escritura, incluindo, mas não se limitando a, as que tratam (a) da revisão dos termos, condições, estrutura e cronograma de pagamentos estabelecidos nesta Escritura; (b) da resilição, rescisão, anulação ou nulidade desta Escritura; ou (c) de qualquer outro pedido que possa inviabilizar o pleno exercício, pelos debenturistas, dos direitos e prerrogativas relativos às Debêntures;
		17. respeitam e respeitarão, durante o prazo de vigência das Debêntures, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil, em condição análoga à de escravo ou qualquer espécie de trabalho ilegal ou, ainda, de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando a, o direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“**Legislação Socioambiental**”), direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos, serviços ou correspondentes; a utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão não violará a Legislação Socioambiental;
		18. estão em dia com suas obrigações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e social, especialmente as normas referentes à saúde e segurança ocupacional, obrigando-se a comprovar esses fatos, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dessa quitação em até 15 (quinze) Dias Úteis da solicitação apresentada pelo Agente Fiduciário;
		19. inexiste violação ou denúncia decorrente de inquérito instaurado por autoridade competente, a fim de apurar qualquer indício de violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou de qualquer regulamento contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro;
		20. nem a Emissora, nem os Fiadores, suas controladas e Controladores e nenhuma das pessoas naturais agindo na qualidade de seus representantes, incluindo mas não se limitando a, gerentes, conselheiros, diretores e empregados (a) usa os seus recursos e/ou de suas controladas e Controladores para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realiza qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou pratica quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) viola as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; ou (d) realiza qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal (conjuntamente, “**Condutas Indevidas**”);
		21. protegem e preservam o meio ambiente, por meio da prevenção e erradicação de práticas danosas ao meio ambiente, observando sempre a legislação vigente, inclusive no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente, dos Crimes Ambientais e das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como respeitam e se obrigam a respeitar todos os atos legais, normativos e administrativos da área ambiental e correlata, emanados nas esferas federal, estaduais e municipais, obrigando-se a obter e manter todos os documento e licenças, autorizações e outorgas ambientais necessários ao regular desempenho de suas atividades;
		22. monitoram suas atividades de forma a identificar e mitigar impactos ambientais não antevistos;
		23. mantêm os seus bens considerados relevantes adequadamente segurados e de acordo com as práticas correntes de mercado;
		24. as declarações aqui prestadas são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade ou inexatidão, tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato, para fazer com que as declarações prestadas sejam enganosas ou incompletas; e
		25. para todos os fins de direito e observando-se a alocação de riscos descrita no artigo 421-A, II, do Código Civil, os bens e direitos sobre os quais foi constituída a Alienação Fiduciária de Veículos e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não representam bens de capital e/ou bens essenciais da Emissora ou de qualquer de seus Controladores e Afiliadas, inclusive para fins de leis de falência, insolvência ou recuperação judicial e extrajudicial, sendo certo que a Emissora e os Fiadores não irão pleitear ou de qualquer outra forma discutir, em juízo ou fora dele, o reconhecimento da essencialidade ou de qualquer outro argumento correlato que venha a impedir/obstar a excussão das garantias.

8.2. A Emissora e os Fiadores obrigam-se a, de forma irrevogável e irretratável, indenizar as Partes Indenizáveis, conforme aplicável, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) razoáveis e efetivamente comprovados que venham a ser eventualmente incorridos pelas Partes Indenizáveis em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores.

**Cláusula Nona**

**Pagamento de Tributos**

9.1. Os tributos incidentes sobre a Emissão e as Debêntures deverão ser integralmente pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, todos os custos de tributação incidentes sobre quaisquer pagamentos devidos aos debenturistas. Neste sentido, referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores atuais e futuros correspondentes a quaisquer tributos que sobre eles incidam, venham a incidir ou sejam entendidos como devidos, inclusive, sem limitação, aos valores correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/COFINS e o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, conforme aplicável. Da mesma forma, caso, por força de lei ou norma regulamentar, a Emissora tiver que reter ou deduzir, de quaisquer pagamentos feitos exclusivamente no âmbito das Debêntures, quaisquer emolumentos, encargos ou tarifas, a Emissora deverá acrescer a tais pagamentos valores adicionais de modo que os debenturistas recebam os mesmos valores que seriam por eles recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada. A Emissora não será responsável pelo pagamento de quaisquer tributos que venham a incidir sobre o pagamento de rendimentos aos titulares das Debêntures.

**Cláusula Dez**

**Assembleias Gerais de Debenturistas**

10.1. Nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”).

10.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada: (i) pela Emissora; (ii) pelo Agente Fiduciário; ou (iiii) pelos titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures.

10.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes no Jornal de Publicação, com destaque sobre o assunto no website da Emissora ([•]).

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 10 (dez) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, sendo que a segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias contado da nova publicação de edital de segunda convocação para a instalação, caso não ocorra a em primeira convocação.

10.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, nos termos do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, [50% (cinquenta por cento) mais 01 (uma)] das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.6. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os titulares das Debêntures em circulação, conforme aplicável.

10.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas exceto (i) quando a Emissora convocar a referida Assembleia Geral de Debenturistas ou (ii) quando formalmente solicitado pelos debenturistas, hipóteses em que a presença da Emissora será obrigatória. Em ambos os casos citados anteriormente, caso a Emissora ainda assim não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, o procedimento deverá seguir normalmente, sendo válidas as deliberações nele tomadas.

10.8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito na própria Assembleia Geral de Debenturistas, por maioria de votos dos presentes.

10.9. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas (i), em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, [50% (cinquenta por cento) mais 01 (uma)] Debênture em circulação ou das Debêntures em circulação, conforme aplicável; ou (ii) em segunda convocação, por qualquer número.

10.10. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

10.11. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

**Cláusula Onze**

**Disposições Gerais**

**11.1. Comunicações**

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**

Rua Afonso Braz, 644, conjuntos 63 e 64,

CEP 04.511-001 - São Paulo/SP

At.: [•]

Tel.: [•]

E-mail: [•]

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

[•]

At.: [•]

Tel.: [•]

E-mail: [•]

(iii) Para os Fiadores:

**[•]**

[•]

At.: [•]

Tel.: [•]

E-mail: [•]

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nesta cláusula, não será responsável por eventual prejuízo, em virtude de mudança de endereço que não seja comunicada para as demais Partes, nos termos desta cláusula.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**11.3. Despesas**

11.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, publicações, inscrições, registros, averbações, contratação de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica**

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já, que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**11.5. Aditamentos**

11.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura das Partes e registrados na JUCESP, nos termos desta Escritura.

**11.6. Outras Disposições**

11.6.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.6.2. Para fins da presente Escritura, “**Dia(s) Útil(eis)**” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais na República Federativa do Brasil.

11.6.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6.5. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.6.6. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

11.6.7. As Partes declaram, ainda, individualmente, uma à outra, sem limitação, que: (i) não financiam, custeiam, patrocinam ou de qualquer modo subvencionam a prática dos atos ilícitos previstos nas Leis Anticorrupção e/ou organizações antissociais e crime organizado; (ii) não prometem, oferecem ou dão, direta ou indiretamente, qualquer item de valor a agente público ou a terceiros para obter ou manter negócios ou para obter qualquer vantagem imprópria; (iii) não aceitam ou se comprometem a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, direta ou indiretamente relacionados ao objeto do presente contrato, que constituam prática ilegal, que atente aos bons costumes, ética, moral e de corrupção sob as leis dos países sede, e onde haja filiais, dos contratantes, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma; e (iv) em todas as suas atividades relacionadas a este instrumento, cumprirão, a todo tempo, com todos os regulamentos e Leis Anticorrupção aplicáveis.

11.6.8. As Partes declaram, por meio deste instrumento, que na execução do objeto do presente contrato, na hipótese de haver operação de tratamento de dados pessoais, observarão toda a legislação aplicável sobre privacidade, proteção de dados e sigilo inclusive a à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”), sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais que versam sobre o tema.

**11.7. Lei Aplicável**

11.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**11.8. Foro**

11.8.1. As Partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, as Partes assinam a presente Escritura eletronicamente, na presença de 02 (duas) testemunhas, por meio de certificados digitais que atendem aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, a fim de garantir sua autenticidade, integridade e validade jurídica, nos termos do art. 107 do Código Civil e do art. 10, §2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada.

São Paulo/SP, [•] de abril de 2022.

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.)*

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da [•]ª ([•]) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Real e Fidejussória Adicionais, emitidas em Série Única, destinada para Colocação Privada, da Brasfrotas Locação de Veículos S.A.)*

**Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**

*como Emissora*

**[•]**

*como Fiador*

**[•]**

*como Fiador*

**Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

*como Agente Fiduciário*

**Testemunhas:**

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF/ME: CPF/ME:

**Anexo I**

Cronograma de Pagamento das Parcelas da Amortização Ordinária e da Remuneração

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Parcela | Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures | Data de Amortização | Percentual a Ser Amortizado Sobre o Valor Nominal Unitário |
| 1 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 2 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 3 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 4 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 5 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 6 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 7 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 8 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 9 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 10 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 11 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 12 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 13 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 14 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 15 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 16 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 17 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 18 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 19 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 20 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 21 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 22 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 23 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 24 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 25 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 26 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 27 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 28 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 29 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 30 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 31 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 32 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 33 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 34 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 35 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 36 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 37 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 38 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 39 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 40 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 41 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 42 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 43 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 44 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 45 | [•] | [•] | 2,1739% |
| 46 | [•] | [•] | 2,1745% |

**Anexo II**

Modelo de Declaração de Adimplemento de Obrigações

À

**Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

[•]

At.: [•]

Tel.: [•]

E-mail: [•]

**Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Braz, 644, conjuntos 63 e 64, CEP 04.511-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 09.532.523/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Emissora**”), vem, no âmbito da sua [•]ª ([•]) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias fidejussória e real adicionais, em série única, levada a efeito nos termos do *Instrumento Particular de Escritura da [•]ª ([•]) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Real e Fidejussória Adicionais, emitidas em Série Única, destinada para Colocação Privada, da Brasfrotas Locação de Veículos S.A.*, celebrado em [•] de abril de 2022 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores (“**Escritura**”), por meio do qual a Emissora emitiu 10.000 (dez mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total da emissão de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (“**Emissão**”):

1. declarar e garantir, neste ato, que todas as disposições contidas na Escritura permanecem válidas, tais quais à época da assinatura da Escritura;
2. declarar e garantir, neste ato, que, até a presente data, não deu causa a qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura) e não descumpriu qualquer uma de suas obrigações perante os Debenturistas e/ou no âmbito da Emissão; e
3. neste ato, para fins de comprovação das declarações prestadas acima, apresentar a V.Sas., juntamente a esta declaração, (1) cópia das demonstrações financeiras e declarações de imposto de renda da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável, relativas ao exercício social encerrado no último dia [•], acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, conforme exigido pela legislação aplicável; e (2) relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices Financeiros (conforme definido na Escritura de Emissão), compreendendo todas as rubricas necessárias para demonstração do cálculo dos Índices Financeiros (conforme definido na Escritura).

São Paulo/SP, [•] de [•] de [•].

**Brasfrotas Locação de Veículos S.A.**